

(continuação) Siderúrgica Norte Brasil S.A.		
decretadas ate a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação dos tributos correntes e diferidos, a Sociedade leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Sociedade acredita que a provisão para os tributos no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Sociedade a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda e contribuição social no período em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.		
3.15 Subvenções governamentais - Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando se referir a um item de despesa, o benefício é reconhecido como receita ao longo do período de fruição, de forma sistemática, em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.		
3.16 Receitas e despesas financeiras - As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros ativos decorrente de direitos da Sociedade e variações cambiais ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem variações cambiais passivas, despesas com juros sobre empréstimos e sobre outras obrigações e custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.		
3.17 Demonstrações do valor adicionado - A Sociedade elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação complementar.		
Normas e interpretações ainda não adotadas - Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Empresa estão mencionadas abaixo. A Empresa não planejaram adotar estas normas de forma antecipada.		
IFRS 9 Financial Instruments - A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.		
IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes) - A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicavel a partir de ou apos 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS . A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando um abordagem de efeitos cumulativos. A Sociedade está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e na suas divulgações. A Sociedade ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais. Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.		
• Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation(Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações da IAS 16 e IAS 38)		
• Melhorias anuais das IFRSs de 2010-2012		
• Melhorias anuais das IFRSs de 2011-2013		
O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas. Adoção antecipada não é permitida.		
4 Caixa e equivalentes de caixa:		
	2014	2013
Caixa e bancos conta movimento	5.108	9.282
Aplic. financeiras - CDB pós-fixados	<u>12</u>	<u>27.459</u>
	<u>5.120</u>	<u>36.741</u>
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs possuem rentabilidade de 100% do CDI e garantem, substancialmente, liquidez imediata. Essas aplicações podem ser resgatadas antes do seu prazo de vencimento, podendo haver variação mínima nos rendimentos e por esta razão foram considerados como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.		
5 Aplicações financeiras: Em 31 de dezembro de 2014 as aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs possuem rentabilidade de 100% do CDI. Parte do saldo dessas aplicações financeiras foi dado em garantia de empréstimos e financiamentos.		
6 Contas a receber:		
a. Composição do saldo		
	2014	2013
Contas a receber de clientes	93.293	78.514
Provisão para redução ao valor recuperável dos recebíveis	(6.623)	(9.807)
Ajuste a valor presente	<u>(654)</u>	<u>(353)</u>
Contas a receber de clientes, líquidas	86.016	68.354
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 17)	<u>6.262</u>	<u>8.324</u>
Total	<u>92.278</u>	<u>76.678</u>
O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado para cada transação com base na taxa de juros SELIC, e reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida do ajuste a valor presente é contabilizada contra a receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo é considerado receita financeira.		
b. Por vencimento dos títulos		
	2014	2013
A vencer		
De 1 a 60 dias	68.802	59.777
De 61 a 120 dias	4.030	1.951
Mais de 120 dias	<u>448</u>	<u>85</u>
Subtotal	<u>73.280</u>	<u>61.813</u>
Vencidos		
De 1 a 60 dias	13.009	11.135
De 61 e 120 dias	1.442	1.305
De 121 a 180 dias	2.025	1.186
Mais de 180 dias	<u>2.522</u>	<u>1.239</u>
Subtotal	<u>18.988</u>	<u>14.865</u>
Total	<u>92.278</u>	<u>76.678</u>
Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade apresentava saldo a vencer de R\$ 4.628 (R\$ 5.672 em 2013) e vencidos de R\$ 1.371 (R\$ 3.866 em 2013) com suas partes relacionadas.		
c. Concentração da carteira de clientes (*)		
	2014	2013
Clientes (partes não relacionadas)		
Maior cliente	4 % 4.081	6 % 4.463
Do segundo ao sexto maiores clientes	14 % 14.308	12 % 9.407
Demais clientes	75 % <u>67.627</u>	71 % <u>54.484</u>
Subtotal	93 % <u>86.016</u>	89 % <u>68.354</u>
Partes relacionadas	7 % <u>6.262</u>	11 % <u>8.324</u>
Total do contas a receber de clientes	100 % <u>92.278</u>	100 % <u>76.678</u>
(*) Os valores apresentam-se líquidos das respectivas provisões aplicáveis e ajuste a valor presente.		
d. Critério de mensuração da provisão para perdas no valor recuperável (impairment sobre recebíveis) - Para minimizar o risco da perda de crédito, a Sociedade adota critérios definidos pela Administração, tendo apenas 2,22% de títulos vencidos em relação à receita líquida de 2014 (2,02% em 2013). Os títulos vencidos são acompanhados mensalmente pelo setor de cobrança da Sociedade para sua recuperação. Com base na análise individual de seus clientes, a Administração constitui provisão para perdas no valor recuperável de contas a receber de clientes, em montante considerado suficiente para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos tendo por base o histórico de perdas e atrasos significativos.		
7 Estoques:		
	2014	2013
Produtos acabados	67.676	56.593
Produtos em elaboração	36.233	40.225
Matérias-primas	74.411	38.957
Adiantamento a fornecedores	24.023	20.504
Almoxarifado	45.436	41.746
Estoque em trânsito e em poder de terceiros	<u>4.369</u>	<u>1.566</u>
Total	<u>252.148</u>	<u>199.591</u>
8 Impostos a recuperar:		
	2014	2013
IPI e Imposto de Importação - II	7.974	1.664
COFINS	2.927	2.456
PIS	640	547
IRRF	148	5.227
Imposto de renda e contribuição social	-	6.691
Outros	<u>1.270</u>	<u>2.687</u>
Total	<u>12.959</u>	<u>19.272</u>
Circulante	12.783	19.096
Não circulante	176	176
Os créditos de IPI, PIS e COFINS são basicamente oriundos das compras de insumos para produção. Os créditos de imposto de renda e contribuição social referem-se a antecipações efetuadas em exercícios anteriores ainda não compensados e de antecipações de contribuição social do exercício corrente.		
9 Outras contas a receber:		
a. Composição do saldo		
	2014	2013
Venda de participação societária	199.965	-
Adiantamentos a fornecedores	-	5.930
Cheques a compensar	879	292
Outras contas a receber	<u>10.412</u>	<u>1.854</u>
Total	<u>211.256</u>	<u>8.076</u>
Circulante	<u>11.291</u>	<u>7.953</u>
Não circulante	<u>199.965</u>	<u>123</u>
Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de outras contas a receber refere-se a operação suportada por instrumento de compra de venda, onde a Sociedade alienou em favor da controladora WMA Participações S.A. a totalidade das quotas de sua titularidade da Sinobras Florestal Ltda, ou seja, 199.965 (cento e noventa e nove, novecentos e sessenta e cinco) quotas, que correspondem a 99,98% (noventa e nove vírgula noventa e oito por cento) do capital social. O preço das quotas referido acima será pago pela WMA Participações S.A. em favor da Sociedade, conforme disponibilidade financeira da WMA Participações S.A. O Saldo devedor será atualizado, quando dos pagamentos realizados pelo índice da Taxa Referencial (TR).		
10 Investimentos: A Sociedade, para garantir a sustentabilidade energética de sua usina em Marabá/PA, na condição de autoprodutora, tem participação de 1% na SPE (Sociedade de Propósito Específico) - Norte Energia S.A. - empresa responsável pela implantação e gestão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Trata-se de investimento estratégico, pois assegura e possibilita:		
a. Suficiência energética para produção de até 600 mil toneladas de aço ano;		
b. Operação em horário de ponta, o que cresce a utilização dos equipamentos em 20% nos dias úteis;		
c. Melhor qualidade da energia disponibilizada;		
d. Redução do custo energético e por consequência da produção;		
e. Maior competitividade. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos de R\$56.650 e R\$43.000, respectivamente, estão registrados ao custo de aquisição do investimento, acrescidos de novos aportes realizados em 2014, no montante de R\$13.650, sem efeito de equivalência patrimonial, pois não representam controladas e/ou coligadas e seus saldos contábeis são mantidos a custo de aquisição e deduzidos de <i>impairment</i> , em virtude da inexistência de mercado ativo que proporcione a mensuração do valor justo do investimento. Em 31 de dezembro de 2014 não foi identificado nenhum indicio de impairment para registro no investimento.		
11 Ativos biológicos: Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de ativos biológicos correspondia a 14.000 hectares de florestas de eucalipto, desconsiderando as áreas de preservação permanente e reserva legal que devem ser mantidas para atendimento à legislação ambiental brasileira, no estado de Tocantins, na localidade de Araguatins e São Bento do Tocantins, que está sendo formado com a finalidade de diminuir a dependência da Sociedade de uma de suas principais matérias-primas, que é o carvão vegetal fornecido por terceiros. Com o referido projeto a Sociedade visa produzir 100% de sua necessidade de carvão, de forma sustentável. Em janeiro de 2014, com a constituição da Empresa Sinobras Florestal Ltda., onde a Sociedade participou até fevereiro de 2014 com 99,98% do seu capital social, foi integralizado o montante de R\$ 147.671 corresponde ao saldo mantido como ativos biológicos na Sociedade, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.		
a. Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos - Com base no CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, a Sociedade reconhece seus ativos biológicos a valor justo adotando as seguintes premissas		
continua		